

A Reabilitação Historiográfica da Ordem Escravista:
Determinação, Autonomia, Totalidade e Parcialidade na História

Mário Maestri,*

Os relatos coevos à escravidão desqualificaram racial e socialmente a resistência do cativo, que viveria no Brasil melhor do que na África. Na República Velha, a historiografia enfatizou o patriarcalismo do escravismo devido às idiossincrasias do colonizador luso-brasileiro. Desde os anos 1950, pensadores materialistas definiram as condições de existência como determinação da ordem escravista, no contexto da resistência servil, compreendida como luta de classes. Nos anos 1980, propondo a “crise de paradigma” dos “grandes relatos” e necessária superação da “reificação econômica” do cativo e restabelecimento de sua “subjetividade” como “protagonista de sua própria existência”, afirmou-se que a dominância de negociações e acomodações sistêmicas entre escravizadores e escravizados levava o cativo a vergar as condições de dominação em favor próprio a tal ponto que passara a interessar pela defesa da escravidão. Com a autonomização da existência de exploradores e explorados das determinações materiais de produção, completou-se a reabilitação da escravidão, através da sua proposta de sociedade consensual.

Palavras chaves: Historiografia, escravidão, luta de classes

Da Escravidão Clássica ao Escravismo Colonial

A experiência social de submissão do trabalhador escravizado, quanto à legislação; à dominação física e cultural; às diversas formas de castigos e submissão; à cooptação social e ideológica; etc., alcançou primeira maturidade no Império romano, tendo sido adaptada e aperfeiçoada pelos lusitanos para a escravidão moura e africana.¹ Superação do escravismo no Mundo Antigo e Medieval, a escravidão colonial americana refinou e radicalizou essas passadas experiências.²

Como na Antiguidade, em continuidade-desdobramento da elaboração aristotélica, os escravistas luso-brasileiros apresentavam em geral os trabalhadores escravizados nativos e africanos como seres nascidos para trabalhar e capazes de viver em forma civilizada apenas sob as ordens de seres superiores. A resistência do cativo foi explicada sobretudo como produto de baixa qualidade racial-cultural do americano e do africano. Quando obrigados a registrar a resistência do trabalhador escravizado, sobretudo africano e afro-descendente, como produto das duras condições de existência na escravidão, propuseram que viveriam,

* Professor do PPGH da UPF, doutor em História pela UCL, Bélgica

¹ Cf., entre outros: MAESTRI, Mário. *Breve história da escravidão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986; TINHORÃO, José Ramos. *Os negros em Portugal: uma presença silenciosa*. 2 ed. Lisboa: Caminho, 1988; SAUNDERS, A. C. de C. M. *História social dos escravos e libertos negros em Portugal*. [1441-1555]. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

² Cf. Entre outros: GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1988; GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Paleas, 1976.

como cativos, na América, melhor do que como livres, na África. Propôs-se também que os trabalhadores escravizados brasileiros conhecessem melhores condições de existência que os proletários europeus.³

Nos poros da sociedade escravista moderna e colonial, alguns raros intelectuais, como Domingo de Soto, em 1556; Martín de Ledesma, em 1550-60; Fernão de Oliveira [c.1507-c.1585], em 1555; Antônio Nunes Ribeiro Sanches [1699-1783], em 1760, criticaram em forma mais ou menos radical as apologias escravistas expressando, na esfera das representações, ainda que em forma oblíqua, as necessidades do mundo do trabalho escravizado, sendo comumente retaliados, não raro em forma muito dura, pela dissidência ideológica socialmente inaceitável.⁴

Foram raras as críticas sistemáticas à escravidão colonial brasileira, quando de sua vigência, como as encetadas, por exemplo, no plano da economia política, pelo charqueador e escravista lusitano Antônio José Gonçalves Chaves [?-1837], em suas *Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*, redigidas nos anos anteriores à Independência, ou pelo jovem Castro Alves [1847-1871], nos anos 1860, sob forma literária, ao registrar em sua poesia a necessidade da destruição da escravidão, se possível pela luta dos cativos, para a consolidação e desenvolvimento da própria nacionalidade brasileira.⁵

Com a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, os grandes escravistas metamorfosearam-se em latifundiários gestores do trabalho livre e os trabalhadores escravizados diluíram-se entre os trabalhadores agrilhoados e açoitados pela necessidade econômica. Os antigos antagonismos ideológicos ensejados pela expropriação do trabalho dos produtores feitorizados, por seus escravizadores, perpetuaram-se nas representações do passado, exigidas pelas necessidades políticas, sociais e ideológicas das novas formas de expropriação do trabalho do presente.

³ Cf., por exemplo: ZURARA, Gomes Eanes da. *Crónica de Guiné*. Barcelos: Civilização, 1973; ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília INL, 1976; BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos: livro brasileiro de 1700*. São Paulo: Grijalbo, 1977; ROCHA, M. R. *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Discurso teológico jurídico. Sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Petrópolis: Vozes; São Paulo, CEHILA, 1992. COUTINHO, José Joaquim da Cunha de Azeredo. *Análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África*. Lisboa: João Rodrigues Neves, 1808; PELFORT, Jorge. *A 150 años de la abolición de la esclavitud en el Uruguay*. Montevideo: de la Plaza, 1996. p.46.

⁴ Cf. OLIVEIRA, Padre Fernando. *A arte da guerra do mar*. Lisboa: Ministério da Marinha [1970]; SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Porto: Domingos Barreira, s.d.

⁵ Cf. CHAVES, Antônio Gonçalves. *Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1978; CASTRO ALVES, Antônio de. *Os escravos*. São Paulo: Martins Ed.; Brasília, INL, 1972; MAESTRI, Mário. *A segunda morte de Castro Alves: genealogia crítica de um revisionismo*. Passo Fundo: EdiUPF, 2000.

Primeira Reabilitação

Na República Velha, autores como Raimundo Nina Rodrigues [1862-1906], Oliveira Viana [1883-1951] e Euclides da Cunha [1866-1909] defenderam o “racismo científico” e a superioridade racial do europeu e do eurodescendente, visões que, por décadas, dominaram incontestes o cenário ideológico-cultural nacional.⁶ Em aparente superação dessas proposições, Gilberto Freyre [1900-1987] empreendeu magistral defesa geral do escravismo nordestino, apoiado na apologia negreira da harmonia tendencial de escravizados e escravizadores e das “raças fundadoras” do Brasil, hierarquizadas socialmente sobretudo devido apretensas diferenças racial-culturais essenciais. A apologia de Gilberto Freyre retomou temas das narrativas escravistas, como a benignidade da instituição e os malefícios de sua superação.⁷ Nas primeiras décadas da República, foram poucas as dissidências que, no mundo das representações do passado, expressaram, mesmo em forma oblíqua, o mundo do trabalho, como o fez magnificamente o intelectual negro Manuel Querino [1851-1923].⁸

Nos anos 1930-40, autores como Arthur Ramos [1903-1949] e Édison Carneiro [1912-1972] empreenderam importantes leituras culturalistas, antropológicas e psicológicas do *negro* brasileiro, mas não reservaram ao cativo papel determinante na evolução do passado e não reconheceram a dominância de sociedade escravista na pré-Abolição.⁹ Os primeiros historiadores que se reivindicaram do marxismo, como Caio Prado Júnior [1907-1990] e Nelson Werneck Sodré [1911-1999], também quase ignoraram a escravidão e a resistência servil como fatores fundadores do passado do Brasil pré-1888, que caracterizaram como essencialmente capitalista ou semifeudal, respectivamente.¹⁰

⁶ Cf. RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 5 ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1977; _____. *As coletividades anormais*. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2006; CUNHA, E. da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 4 ed. corrigida. Rio de Janeiro: Francisco Alves; Paris: Aillaud, Alves, 1911; VIANNA, Oliveira. *Raça e assimilação*. [1932]. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1959.

⁷ Cf. MAESTRI, Mário. “Gilberto Freyre: da *Casa grande* ao *Sobrado*: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil”. *CADERNOS IHU*, ano 2, n. 6, 2004, Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo. 31 pp.

⁸ Cf. QUERINO, Manuel Raimundo. *O colono preto como factor de civilização brasileira*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1918; _____. *Os homens de cor preta na história*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, [48], 1923; MAESTRI, Mário. Manuel Querino: o negro escravizado como herói do trabalho. *CIÊNCIAS & LETRAS. História da África: do continente à diáspora*. 44, jul.-dez. 2008. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense, 1979. pp. 291-300.

⁹ Cf. RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro: ethnographia religiosa e psychanalyse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934; _____. *Loucura e crime*. Porto Alegre: Globo, 1937; _____. *O negro na civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1956; CARNEIRO, Édison. *O Quilombo de Palmares*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966; _____. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

¹⁰ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio Prado. *Evolução política do Brasil*. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975 [1 ed. 1933]; SODRÉ, Werneck. *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*. São Paulo: Cultura Brasileira, 1938. .

Nos anos 1950, leituras materialistas heterodoxas isoladas, como as desenvolvidas pelo francês Benjamin Péret [1899-59] e o piauiense Clóvis Moura [1925-2004] apresentaram em forma pioneira, já de um ponto de vista tendencialmente sistêmico, a resistência dos cativos como luta de classes e as condições de existência dos trabalhadores escravizados como determinação da produção escravista, tendencialmente independentes das idiosincrasias pessoais ou nacionais dos escravizadores.¹¹

Essas leituras não tiveram repercussão científica imediata, já que, ao contrário, impuseram-se as visões da chamada “Escola Paulista de Sociologia” – Florestan Fernandes [1920-1995], Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni [1926-2004], etc. –, que criticaram duramente a proposta da escravidão paternalista e da democracia racial, mas definiram o trabalhador escravizado como uma espécie de “protagonista impotente”, incapaz de mover essencialmente a história.¹² Para Florestan Fernandes, o demiurgo da Abolição teria sido o fazendeiro cafeicultor paulista.¹³

Nos anos 1960-70, o papel histórico do trabalhador escravizado, como segmento social determinante da antiga formação social brasileira, em contradição essencial objetiva com o seu escravizador, foi restaurado por autores marxistas ou inspirados no marxismo, de formação acadêmica, como Emília Viotti da Costa, Stanley Stein, Robert Conrad, em trabalhos germinais.¹⁴ Estudos historiográfico não acadêmicos, também comumente de mesma inspiração, de autores como Luiz Luna, José Alípio Goulart, Décio Freitas [1922-2004], iluminaram importantes aspectos daquela realidade, ainda que de forma não sistemática, como os anteriores.¹⁵

¹¹ Cf. PÉRET, Benjamin. Que foi o quilombo de Palmares? Revista *Anhembi*, São Paulo, abril e maio, 1956; MAESTRI, Mário. Benjamin Péret: um olhar heterodoxo sobre Palmares. PÉRET, Benjamin. *O quilombo de Palmares*. Introd. e notas de MAESTRI, M. & PONGE, R. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. pp. 47-74; MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.

¹² Cf. FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960; _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978; IANNI, Octávio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Difel, 1962.

¹³ Cf. MAESTRI, M. Florestan Fernandes: o olhar de um socialista revolucionário sobre a revolução burguesa no Brasil. CEM-RS. *Luz e sombras: ensaios de interpretação marxista*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997. pp. 237- 250.

¹⁴ Cf. STEIN, Stanley J. *A grandeza e decadência do café no vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982; SALLES. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações [e] Universidade Federal do Pará, 1971; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Brasília: INL, 1975.

¹⁵ Cf., entre outros: LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968; GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista/ IHL, 1972; _____. *Da palmatória ao patíbulo*. Rio de Janeiro: Conquista; INL, 1971; FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.

Da Resistência ao Consenso

Nos anos 1960, a retomada da luta social mundial, a revolução anticolonial, a crescente crise da hegemonia stalinista sobre as ciências sociais marxistas, os sucessos sociais e políticos de 1968, etc., ensejaram um rico debate sobre a multiplicidade dos modos de produção na história da humanidade, que ultrapassou definitivamente a vulgata marxista dos cinco estágios históricos únicos e de superação sucessiva e necessária – comunismo primitivo, escravismo antigo, feudalismo, capitalismo, socialismo –, abrindo caminho à superação da falsa disjuntiva *feudalismo/capitalismo* sobre o passado colonial brasileiro.¹⁶

No Brasil, em meados dos anos 1970, retomou a luta democrática e sindical, com ápice nas mobilizações operárias e classistas de 1979, verdadeiro Ano Vermelho. As greves, que haviam ressurgido desde maio de 1978 no Brasil, por reajustes salariais, sobretudo em São Paulo, expandiram-se e esparramaram-se no ano seguinte pelo país, quando se seguiram possivelmente mais de quinhentas paralizações – 430 positivamente registradas –, sobretudo nos estados de São Paulo [40%]; Rio de Janeiro [16%]; Minas Gerais [15%]; Rio Grande do Sul [7%] e, no referente às categorias, nos metalúrgicos [50%]; na construção civil e no mobiliário [17%].¹⁷

A nova realidade político-social exigia representações do passado interpretando as necessidades dos trabalhadores e criava condições para a sua recepção. Em 1973, o historiador Ciro Flamarion Cardoso, sinteticamente e, em 1978, o militante comunista Jacob Gorender, sistematicamente, definiram a escravidão como modo de produção historicamente novo e base da formação social brasileira, impulsionando fortemente as pesquisas sobre a determinação da história pré-Abolição do Brasil pelo trabalhador escravizado.¹⁸

Nos anos 1980, com a avassaladora maré neoliberal, o refluxo social dominou todos os domínios do mundo social – político, econômico, social, cultural, ideológico, etc. As ciências sociais foram fortemente determinadas por esse processo. Influenciado pela historiografia estadunidense, retomando não raro narrativas escravistas, processo historiográfico revisionista abandonou o estudo do trabalho e da resistência na escravidão para centrar-se na pesquisa das alforrias, compadrios, “ações de liberdade”, “famílias

¹⁶ Cf. SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Torino: Einaudi, 1969; SOFRI. *O modo de produção asiático: história de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; GODELIER/MARX/ENGELS, *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Martínez Roca, 1977.

¹⁷ Cf. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos [Dieese]. *Balanco Anual de Breves – 1979*. Divulgação 9/80. s.n.t.

¹⁸ Cf. CARDOSO, Ciro Flamarion. *El modo de producción esclavista colonial en América*. *Assadourian et al. Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973; GORENDER. *O escravismo colonial*. Ob.cit.

escravas”, “histórias de vida”, etc., em clara busca de reconstrução da escravidão, de sociedade conflituosa em sociedade consensual, ainda que desequilibrada.

Sob a hegemonia das propostas de “fim da história” e de “crise dos paradigmas” estabelecidos pelos “grandes relatos” sobre o passado, produzidos por “modelos explicativos” materialistas que “reificavam”/“coisificavam” o trabalhador escravizado, propôs-se releitura revisionista da sociedade escravista desde “abaixo” e do “vivido do cativo”, que o transformasse em “protagonista de sua vida”. Propunha-se que “os afro-americanos” deixassem “de ser pensados como personagens passivos para surgirem como protagonistas ativos de sua própria história”.¹⁹

Através da generalização de experiências singulares romantizadas, estabelecidas no contexto de forte subjetivação e indeterminação da existência dos protagonistas sociais das condições materiais objetivas, estudos revisionistas sobre o passado escravista promoveram interpretações centradas em movimentos de *negociações* e *acomodações* sistêmicas entre escravizadores e escravizados que, não raro, superando a proposta da escravidão como sociedade consensual, passaram a sugerir o próprio interesse dos cativos em sua manutenção.

Como era Gostoso ser Escravo no Brasil

Em 1982, foi publicado em português, com ampla repercussão acadêmica e de imprensa, o livro *Ser escravo no Brasil*, de Kátia Q. Mattoso, editado originalmente na França, leitura da escravidão onde o cativo apanhava pouco, comia muito e, sobretudo, quase não trabalhava. Sobre a alimentação do cativo, Mattoso propunha: “Sabemos que o regime alimentar do escravo era muito mais rico em calorias, proteínas e hidratos de carbono do que a população pobre do Brasil do século XX: o trivial do escravo continha farinha de mandioca, milho, carne seca, caça, frutas locais (banana, laranja, limão, mamão) e melaço. Próximo à costa ou aos rios, os escravos pescavam peixes e crustáceos.” Sobre o trabalho, citando Maurício Goulart, sugere que o trabalhador escravizado não trabalharia mais do que 250 dias por ano. Ou seja, quase três meses anuais de férias!

A resistência tornava-se na leitura da historiadora ação extraordinário do cativo *inadaptado* à escravidão. “Quando o negro não consegue criar seus espaços necessários de liberdade, não encontra família, grupo, confraria, divertimento próprio, então, sim, e **somente então**, recusa a disciplina do trabalho e passa ao terrível domínio da repulsa, dos castigos, das revoltas.” “Juntamente com o suicídio e o assassinato, a fuga é, na verdade, a expressão violenta

¹⁹ XAVIER, Regina. Biografando outros sujeitos, valorizando outra história história: estudos sobre a experiência dos escravos. SCHMIDT, Benito. *O biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul:

da revolta interior do **escravo inadaptado**. O escravo em ‘fuga’ não escapa somente de seu senhor ou da labuta, elide os problemas de sua vida cotidiana, foge de um meio de vida, da falta de enraizamento no grupo dos escravos e no conjunto da sociedade.”²⁰ [destacamos]

Em 18 de agosto de 1985, Eduardo Silva apresentou no Jornal do Brasil ensaio “Entre Zumbi e Pai João, o escravo que negocia”, defendendo a tese da negociação sistêmica entre escravizados e escravizadores. Quatro anos mais tarde, em 1989, enquanto ruía o muro de Berlim, o mesmo autor e João José Reis publicavam *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*.²¹ Nesse trabalho, Eduardo Silva defende que a negociação ininterrupta determinaria o escravismo, pois “os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema”.²² O mesmo autor, no mesmo livro, nega explicitamente a tese do *Manifesto comunista* [1848] de que a “história de todas as sociedades [...] tem sido a história das lutas das classes”. “O ‘conflito principal’ – aquele que opõe senhores de um lado e escravos de outro – não pode resumir toda a história da sociedade escravista.”²³

Destaque-se que, apesar do seu caráter sintético, o *Manifesto comunista* jamais propôs qualquer coisa próxima a uma situação ininterrupta de confronto social ou que a luta de classes explícita ou implícita fosse toda a história. O que o *Manifesto* propunha era que a luta de classe fosse o *motor* da história. História que teria, em verdade, sua determinação essencial no trabalho, meio de transformação da natureza pelo homem e do próprio homem pelo trabalho. Em verdade, no *Manifesto*, Karl Marx [1818-1883] e Friedrich Engels [1820-1895] defendiam explicitamente níveis mais e menos desenvolvidos da luta de classes: “Homem livre e escravo, patricio e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e oficial, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, **ore franca, ora disfarçada** [...]” [destacamos] Impossível não compreender ...

Para Eduardo Silva, o cativo resistiria, em forma aberta, apenas quando não teria espaço para negociação, ao ser superado o que definia como nível de exploração “aceitável”: “[...] a principal motivação para fugas e revoltas parece ter sido a quebra de compromissos e acordos anteriormente acertados [sic]. Existia em cada escravo idéias claras, baseadas nos

EdUNISC, 2000. p. 104.

²⁰ Cf. MATTOSO, Kátia de Queiros. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. pp. 117, 19 *et seq.* [Destacamos.]

²¹ Cf. SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

²² SILVA & REIS. *Negociação [...]*. Ob. cit. p.14.

²³ Id. ib. p.70.

costumes e em conquistas individuais, do que seria, digamos, uma dominação aceitável.”²⁴ Destaque-se a contradição, mesmo no interior da formulação do autor, da definição de “dominação aceitável”, fenômeno necessariamente social, por “conquistas individuais”.

Retornando ao Mestre

A proposta da resistência do trabalhador escravizado como produto da ruptura do *pacto escravista*, estabelecido entre o escravizador e o escravizado, sobretudo inconsciente e implícito, fora apresentada e sistematizada por Gilberto Freyre, nos anos 1930, em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mocambos*, quando propusera: “Quando os brancos fracassaram como pais sociais de seus escravos negros para os tratarem como simples animais de almanjarra, de eito ou de tração [...] é que muitos dos negros os renegavam.”²⁵ Ou seja, os cativos resistiriam apenas quando os escravizadores ultrapassavam o nível de exploração, digamos, *paternal*, e, portanto, *aceitável*. Agora, essa visão de acordos implícitos, recuperada, assumia o caráter de uma negociação mais e mais consciente e explícita, entre escravizadores e escravizados.

Como assinalado, sob o influxo da maré neoliberal vitoriosa, a historiografia abandonou a crítica categorial-sistemática do escravismo, desde as contradições econômico-sociais determinantes, para a compreensão de seus processos internos tendencialmente necessários, a fim de empreender descrições antropológicas do “escravo” como indivíduo, das suas “estratégias” “cotidianas” para estabelecer “negociações” e “pactos” com o escravista, um e outro compreendidos agora como verdadeiros “parceiros” sociais. Destaque-se que apenas a autonomização do cativo das determinações históricas e a ignorância do desequilíbrio de forças entre o escravizado e o escravizador permitiam sugerir níveis gerais de consciência capazes de orientar atos individuais modelando a vontade do negreiro e a ordem escravista segundo as necessidades dos explorados.

Um equilíbrio enfatizado igualmente na esfera das *trocas* culturais entre oprimidos e opressores, que superariam definitivamente a concepção maxiana de que as “idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias das classes dominantes”: “[...] no campo das representações simbólicas da área da cultura, os populares ou subalternos **tanto** incorporam valores, crenças, ritos e hábitos da classe hegemônica (por feitos de coerção e/ou aquiescência) **quanto** exportam elementos culturais *populares* para a cultura dominante, que

²⁴ Id. ib. p. 67.

²⁵ Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*: decadência do patriarcado rural no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. p. 52.

os absorve e metaboliza”. Nessa visão, teríamos “uma **circularidade** entre as culturas, uma **troca** [...]”. Uma leitura que termina compreendendo a vida do cativo como simples “experiência escrava” apenas diversas das de outras categorias sociais sob a escravidão.²⁶

No novo contexto historiográfico, passou-se também a enfatizar os “laços de solidariedade” e de “compadrio”, mais comumente entre a população negra escravizada e livre. Autores descreveram factualmente relações de cativos com companheiros de escravidão, com libertos e homens livres negros e pobres, com escravizadores, etc. Esses atos, que desconheciam as determinações de classe e o domínio tendencial da ideologia escravista, foram generalizados, potencializados e apresentados como “redes” de socialização, de conteúdo anti-sistêmico, determinantes para o devir da ordem servil.

Olvidou-se que muitos escravizadores e sobretudo seus prepostos eram afro-descendentes [capatazes, feitores, capitães-de-mato, etc.] que não possuíam e não agiam determinados por identidade racial. Que o fenômeno dominante na escravidão foi a enorme fragilidade de solidariedade, sobretudo étnica, entre afro-descendentes livres e escravizados, e social, entre pobres livres e trabalhadores escravizados. Em verdade, a coesão ideológica da sociedade escravista, que se estendia até os segmentos subordinados, constituiu elemento determinante da solidez social da escravidão. Neste sentido, destaque-se o escasso apoio de negros livres e libertos ao abolicionismo, mesmos quando da crise da escravidão.²⁷

Determinações materiais e sociais

Os diversos modos de produção pré-classistas e classistas encontram unidade geral ao estruturarem, todos, a extração de sobre-trabalho do produtor direto pelos controladores/proprietários dos meios de produção. Eles singularizam-se devido às diversas formas de captação do trabalho excedente, nascidas das diferentes relações sociais de produção, ensejadas por diversos níveis de desenvolvimento das forças produtivas materiais.

No capitalismo, a apropriação de trabalho excedente dá-se através da *negociação* entre o capitalista e o trabalhador sobre o valor da força de trabalho do último, produtor juridicamente livre. A extração de *mais-valia* pressupõe a separação do trabalhador das condições de produção dos bens de subsistência.²⁸ No capitalismo, o desemprego constitui a principal forma de coerção econômica. Explorados e explorados convergem no esforço para

²⁶ AL-ALAM, C.C. *A negra força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do Autor, 2008. p. 27, 31. [destacamos]

²⁷ Cf. CONRAD. *Os últimos anos [...]*. Ob.cit. p.

²⁸ MARX. La Moderna teoría de la colonización. *El capital*. I México: Fondo de Cultura Económica, 1973. pp. 650 *et seq.*

estabelecer e manter o vínculo social produtivo, já que o produtor quer ser empregado e o explorador quer empregá-lo, divergindo na disputa pela apropriação da taxa de trabalho excedente do produtor direto.

Na sociedade americana, até muito tarde, não se realizou a separação do produtor direta das condições de produção dos bens de subsistência, sobretudo devido à facilidade de acesso à terra pelo homem livre, que impedia de submetê-lo plenamente à necessidade econômica. O que exigia, portanto, que o explorador se apropriasse necessariamente do produtor e de sua força de trabalho pela força. Nesse contexto, o desequilíbrio *contratual* radical entre explorador e produtor direto era determinação essencial, surgida do exercício da coerção extra-econômica, que garantia o direito do escravizador de punir e de ditar as condições de vida e de trabalho do produtor..

A necessidade de produzir e reproduzir essa enorme desigualdade entre escravizados e escravizadores, mantida, como assinalado, *sobretudo* pelo poder da coerção extra-econômica [violência], pois, sem coerção física não haveria escravidão, explica a impossibilidade da escravidão colonial de produzir uma substancial aristocracia servil, de trabalhadores escravizados de nível técnico-cultural mais elevado, apesar das necessidades da produção. A indigência intelectual tendencial do produtor escravizado era condição necessária para a sua submissão pela força.

Ao contrário do trabalhador assalariado, o cativo desdobrava-se para romper o vínculo escravista, pela fuga ou pela alforria, a fim de libertar tendencialmente sua força de trabalho.²⁹ Já fora da escravidão, desdobrava-se comumente para estabelecer vínculo de dominação sobre um outro produtor direto, por sobre *identidades* de raça, para inserir-se na sociedade como proprietário escravista. A oposição entre escravizadores e produtores escravizados era tamanha que apenas a violência, exercida e potencial, mantinha a coesão social. Como prognosticaram os escravistas, ao abolir-se em 1886 o direito de duros castigos físicos, decretava-se o fim próximo da escravidão.³⁰

Resistência e Acomodação

No contexto de dificuldades objetivas e subjetivas para o rompimento com a escravidão, devido sobretudo a fragilidade social do trabalhador escravizado, o cativo opunha-

²⁹ Cf. MAESTRI, Maestri. "Catando cipó". O cativo fujão no Brasil escravista: história e representações. REVISTA HISTÓRIA & LUTA DE CLASSES, 3, Rio de Janeiro, novembro de 2006, pp. 19-32.

³⁰ Cf. MAESTRI, Mário. "O ganhador, o alforriado, o bacalhau. Breves considerações sobre o caráter subordinado da escravidão urbana e sobre outros problemas teóricos da historiografia do escravismo brasileiro". VERITAS. Revista trimestral da PUC - Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.35, n. 140, dez. 1990,

se consciente, semiconsciente e inconsciente, em graus e formas diversas, à produção feitorizada, na procura tendencial da defesa de sua sobrevivência social e biológica. No escravismo colonial, a forma de oposição incessante ao trabalho feitorizado era a forma mais comum e menos consciente de resistência: pouca aplicação, precisão, velocidade; sabotagem das ferramentas, etc.³¹

Na Antiguidade, a oposição do cativo ao trabalho escravizado já fora registrada e discutida amplamente pelos escravizadores e seus ideólogos.³² A surda resistência no interior da produção escravista tem sido comumente confundida com a integração-aceitação do trabalhador feitorizado ao cativo. Em verdade, atos tidos como *acomodação*, *negociação*, etc. constituem momentos da oposição não explícita do cativo às duras condições médias de existência ditadas pelas necessidades da produção escravista, e não pela vontade arbitrária dos escravistas.

A proposta da resistência como ato nascido do descumprimento de “conquistas”, obtidas através de “negociação”, consubstanciada nos “costumes”, violenta a objetividade histórica ao definir nível médio de consciência-autonomia do cativo incompatíveis com o desenvolvimento histórico. O grau de consciência das necessidades pelos indivíduos – e de orientação dos atos sociais segundo elas – estão em relação direta com o desenvolvimento histórico-material. É anacronismo sugerir que cativos vivendo sob duras condições de vida e sob o amplo arbítrio dos escravizadores tivessem comportamento de diplomatas, planejando complexas estratégias de negociação, como ausências do trabalho finamente calibradas, para dobrar o explorador sem exasperá-lo, e assim obter pequenas conquistas mais comumente individuais nas condições de existência.

A proposta de que, através da negociação sistêmica, o cativo determinaria a escravidão, obtendo conquistas que de tão substanciais o interessariam na própria manutenção da instituição, desconhece a determinação necessária tendencial das relações sociais pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais, ao retirar o terreno da luta entre escravizadores e escravizados do domínio-usufruto dos bens sociais produzidos pelos últimos. Sugere ao escravismo capacidade de renovação-perpetuação ilimitada, devido à auto-equilíbrio sistêmico, obtido com a superação das

pp. 695 - 705

³¹ Cf. MAESTRI, Mário. "Em torno ao quilombo". HISTÓRIA EM CADERNOS. Revista do Mestrado em História da UFRJ. n 2. Rio de Janeiro, 1984:9-19; "A propos du `quilombo`: esclavage et luttes sociales au Brésil". GENEVE-AFRIQUE. Genève, vol. XXII, 1, 1984: 8-33.

³² Cf., por exemplo: TRIGARI, Marisa. *Schiavitù e società nel Mondo Antico*. Messina-Firenze: G. Dánna, 1977; GARLAN, Yvon. *Les esclaves en Grèce Ancienne*. 2 ed. Rev. et comp. France: Maspero, 1995. COLUMELLA. *L'Arte dell'Agricoltura*. Torino, Einaudi, 1977; GIARDINA, A. & SCHIAVONE, E. (Org.) *Società romana e produzione schiavistica*. I. L'Italia: insediamenti e forme economiche. Roma-Bari, Laterza, 1981; PETIT, P. et al. *El Modo de Produccion Esclavista*. Madrid, Akal, 1986; STAERMAN, E.M. & TOFIMOVA, M.L. *La schiavitù nell'Italia Imperiale*. Roma, Riuniti, 1975.

contradições profundas, por acomodações e concessões sucessivas que alcançariam o nível de exploração “suportável”, como querem alguns, e condições de trabalho e retribuição francamente favoráveis aos cativos, como defendem outros.

A proposta de *escravidão suportável* ou de *escravidão boa* possui como corolário necessário a idéia da escravidão *insuportável* ou *escravidão ruim*, resultado da idiosincrasia do *mau* escravizador, motivada geralmente por patologia individual, pois nascida do choque do escravizador com seus próprios interesses econômicos, ou seja, manter cativos satisfeitos e, portanto, diligentes em seu trabalho, como propunha Gilberto Freyre, nos anos 1930, e seus epígonos contemporâneos. Tal visão olvida que o nível da produção escravista não permitia taxa de lucro sofrível aos escravizadores e condições de existência vivíveis aos escravizados, ensejando que a exploração nascesse tendencialmente das condições materiais de produção, e não da decisão subjetiva e aleatória dos exploradores.

Círculo de Fogo

A visão de cativos diligentes que determinariam segundo suas necessidades as suas vidas e a dos seus escravizadores, obtendo uma ampla autonomia social, econômica, familiar, etc., tem igualmente como desdobramento inevitável a proposta de cativos interessados na continuação da escravidão, velha apologia escravista, como já proposto. Nos fatos, essa concepção subentende cativos fugindo para o *centro* e não para *fora* do círculo de fogo da escravidão. Lutando, consciente ou inconscientemente, para sua consolidação, e não dissolução. Tese que já deixou de ser sugerida, para ser defendida, explicitamente.

Em entrevista à **Folha Ilustrada**, de 13/02/2006, o historiador João Fragoso propôs sem papas na língua o interesse dos cativos na manutenção da escravidão. “Esses senhores da terra [proprietários rurais no Brasil] tinham que ter legitimidade social, tinham que ter apoio da sociedade, e esse apoio vinha principalmente dos escravos. Se eles achassem que esses senhores não eram de nada, acabou. Não seriam mais senhores.” Para o historiador, os cativos faziam parte da *sociedade* da época e o “braço armado” dos “senhores” era, portanto, seus próprios “escravos armados”.

Segundo João Fragoso, o apoio dado pelo trabalhador escravizado ao escravizador devia-se ao fato que os cativos “recebiam alguma coisa em troca. Eram reconhecidos alguns direitos costumeiros, como por exemplo a possibilidade de terem famílias, terras, de terem acesso a maquinarias de beneficiamento. Isso lhes dá poder, e é fruto dessa negociação. Se por um lado servem, ou lutam ao lado de seus senhores, por outro recebem alguma coisa. Se fosse apenas conflito, esse país seria um barril de pólvora e explodiria. O Brasil tem 500 anos, dos quais 300 com

escravidão.” Destaque-se que, literalmente, os cativos não “recebiam” nada de seus exploradores, que lhes permitiam, apenas, usufruir de pequena parte do que eles mesmo produziam.

É indiscutível que a maior ou menor resistência, surda ou aberta, do trabalhador escravizado tendeu a frear, mais ou menos, seu nível de exploração, nos marcos das condições objetivas, determinando o devir histórico. É também verdade que essa exploração tendia a maximizar-se precisamente devido à fragilidade estrutural da população escravizada, atomizada nas fazendas e unidades produtivas espalhadas pelo país, diante dos escravizadores, centralizados social e politicamente, moldando as próprias formas de resistência. O baixo nível cultural; a baixa acumulação de experiência; a atomização étnico-cultural; o isolamento geográfico; a fragilidade dos laços familiares, etc. dos cativos deprimia a capacidade de *negociação*, de estabelecer relações intra e extra-classe, de construir “economia autônoma”, de estabelecer relações familiares estáveis, etc.

É essa fragilidade estrutural, própria das relações sociais escravistas, correspondente a níveis dados de desenvolvimento das forças produtivas materiais, em condições históricas particulares, que ajuda a compreender a dificuldade dos trabalhadores escravizados de impor, em forma mais precoce, o fim da produção escravista e, de quanto o fizeram, de não o terem feito em melhores condições, sobretudo com a obtenção de terras. Uma debilidade que impregnou as classes escravizadas, no passado, e que influencia, ainda hoje, o movimento social no Brasil, explicando em parte sua fraqueza estrutural.

Trabalho Compulsório

A proposta da existência necessária de níveis pactuados de exploração, que ensejariam equilíbrio das necessidades de escravizados e escravizadores, já que, se o elemento essencial fosse a coerção extra-econômica, o domínio social não se manteria, visto não poder-se manter a coesão produtiva sobretudo através da violência [nos seus diversos aspectos], é refutado pelo *exemplo extremo* constituído pelos milhões de trabalhadores escravizados pelo nazismo que trabalharam, durante a II Guerra, não raro, literalmente até a morte. Em geral, uma imensa parte deles procurou *adaptar-se* às condições de vida, sobreviver até o dia seguinte, encontrando, até mesmo, nessa vida terrível, momentos de alegria e satisfação. Tudo sem deixarem de manter oposição surda e permanente à dura realidade vivida, realidades expressadas no romance *Se isto é um homem*, de Primo Levi [1919-1987], e no filme “Marcas da Guerra”, de 2005, a partir do livro *Sem destino* de Imre Kertész.³³

³³ Cf. LEVI, Primo. *Se isto é um homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989 [Se questo è un uomo, 1947]; Kertész, Imre *Sem destino*. São Paulo: Planeta, 2003.

Não havia “boa” e “má” escravidão, como não havia “bom” e “mau” escravista, por além de idiosincrasias individuais socialmente não essenciais. Devido à exigência sócio-produtivo, o mesmo proprietário podia ser *bom* para certos cativos e *mau* para outro. Nos anos 1820-21, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire [1799-1853] registrava, sobre o Rio Grande do Sul: “Afirmo que nesta Capitania os negros são tratados com bondade e que os brancos com eles se familiarizam, mais que em outros pontos do País. Referia-me aos escravos das estâncias, que são em pequeno número; nas xarqueadas a coisa muda de figura [...]”³⁴ Um proprietário podia ser charqueador e estancieiro e tratar em forma diferenciada os cativos das charqueadas e das fazendas, devido às exigências das diversas formas de produção.

Na escravidão colonial, havia essencialmente proprietários regidos tendencialmente pelas necessidades inexoráveis de produção de renda escravista, sob a engrenagem de produção mercantil que, devido ao baixo nível de desenvolvimento material, exigia alto nível de extração do sobre-trabalho. O que limitava tendencialmente, em forma inexorável, as concessões possíveis aos escravizados, impedindo estruturalmente a distribuição de benesses capazes de interessar os próprios explorados em uma exploração que, nessas condições, já não mais se objetivaria.

No próprio capitalismo, de nível produtivo muito mais elevado que a escravidão, a extensão relativa da remuneração do trabalhador, através da valorização de sua força de trabalho, só foi possível, em forma significativa, através da produção crescente da mais-valia relativa, com a elevação da composição orgânica do capital e, portanto, da produtividade do trabalho. Um processo que jamais pode se estender em forma horizontal a toda a classe trabalhadora, de modo a conquistar o seu apoio *consciente* à sua própria exploração.³⁵ O que permitiria às classes proprietárias de furtarem-se aos gastos improdutivo com forças policiais e militares e viverem na mais absoluta paz, na certeza da estabilidade histórica de uma ordem social imorredoura.³⁶

³⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. [1779-1853]. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-21*. Porto Alegre: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdiUSP, 1974. p. 73.

³⁵ MARX. *El capital*. Ob.cit. p. 257.

³⁶ Comunicação apresentada ao IX Congresso da Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos o Brasil - Sociedade Civil Global: Encontros e Confrontos - Rio de Janeiro 25, 26 e 27 de setembro de 2008.